

O SACRAMENTO DO BATISMO EM TERRAS DE CABOCLO: FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE CORTES, ALCÂNTARA (MA), NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO IMPÉRIO

Ítalo Domingos Santirocchi

(Professor do Curso de Ciências Humanas e da Pós-Graduação em História da UFMA e da UEMA)

Palavras-Chaves: Batismo, Alcântara, Império

Introdução

Onde hoje é o município de Alcântara¹ localizava-se uma aldeia de índios tupinambás, denominada Tapuitapera. Essa população indígena estabeleceu contato, por volta de 1612, com a expedição francesa de La Ravardière, que havia desembarcado naquela região. Com a expulsão dos franceses pelos portugueses, por volta de 1616, esse território passou para o domínio lusitano, iniciando assim sua colonização. Estabeleceu-se ali uma Capitania, denominada Cumã, da qual Tapuitapera se tornou sua sede. Com a criação da Província do Maranhão e Grão Pará, a localidade se tornou um importante ponto de apoio das rotas marítimas, fluviais e terrestres entre São Luís, Bragança e Belém, além de outras rotas pelo interior do território. Em 1848, a localidade foi elevada a Vila de Santo Antônio de Alcântara, tendo como uma das principais bases econômicas a produção de açúcar e produtos de subsistência (VIVEIROS, 1999, p. 28; ALMEIDA, 2006, p. 95, BRAGA, 2011, p. 29-37).

Inicialmente a colonização da região utilizou a mão de obra nativa, mas no decorrer do século XVIII, foi sendo substituída pela mão de obra cativa africana. A presença dos jesuítas e a sua luta contra a escravidão indígena, a fim de aldeá-los em suas missões, contribuiu para a substituição da mão de obra e para um constante conflito entre os padres e os colonos. A presença da escravidão africana se intensificou ainda mais no reinado de D. José I (1750), sob o governo do futuro Marques de Pombal. Com a criação de Companhias de Comércio, como Companhia Geral de Comércio Grão-Pará

¹ Cidade histórica situada ao norte do Estado do Maranhão.

e Maranhão, a produção e o seu escoamento foram ampliados na Vila de Santo Antônio de Alcântara (ALMEIDA, 2006, p. 99).

A expulsão definitiva dos jesuítas desse território, em 1759, e o confisco de suas propriedades, que passaram para as mãos de particulares, também incidiram na produção alcantareense. Nesse período a vila se tornou um grande centro de mão de obra escrava africana e um fornecedor de víveres para a Capital São Luís, com o incremento da produção de algodão e de arroz, além da exportação de sal (ALMEIDA, 2002, p. 26, VIVEIROS, 1999, p.50-70, LIMA, 1998, p. 50).

Inicia-se uma fase que a historiografia regional identifica como sendo de “opulência”, com desenvolvimento de uma aristocracia rural e do centro urbano de Alcântara. No século XIX, a nobreza alcantareense e os políticos das suas elites, ocupariam importantes cargos no Legislativo e no Governo Imperial e Provincial. Esse período durou até os anos 1860, quando teria sido “interrompido e desestruturado”. Segundo Braga (2011) “a decadência começou em 1865, com a transferência da produção açucareira do litoral para os vales, que apresentavam a vantagem do escoamento da produção pela navegação fluvial” e com o processo de abolição da escravidão. Segundo Lima (1988, p. 90), outros fatores que levaram a decadência foram as mudanças no mercado internacional de algodão e a omissão do poder público “para conjurar a crise”.

Segundo Braga (2011, p. 33), Alcântara,

que havia se caracterizado até então como local de produção e proeminência de ricos fazendeiros, teve rapidamente desestruturada a sua economia. As fazendas passaram por um processo de completa desagregação, entregues a antigos escravos promovidos a “zeladores de confiança”. Também nessa época as ordens religiosas dos Mercedários e Carmelitas desocuparam e repassaram suas propriedades à Diocese (Igreja) ou ao Estado.

Ainda segundo o mesmo autor, “Alcântara foi esquecida pelos governantes que não viam nenhum interesse econômico na região, e assim permaneceu sem a tutela do Estado, invisível ao Poder Público, inerte por décadas”, tonando-se ruínas, terras de quilombolas, “terras de preto”, “terras da pobreza”, permanecendo a cidade “em dormência por décadas”:

O surgimento das comunidades negras rurais de Alcântara é histórico e estabeleceu-se em grande parte das terras que foram abandonadas e ficaram, ao longo de quase duzentos anos, sob a égide dos trabalhadores negros, dos escravos fugidos, dos índios, e dos mestiços que lá permaneceram (BRAGA, 2011, p. 36).

Um dos objetivos desse texto é dar vozes aos personagens que participaram desse processo, não somente às elites, mas também aos demais estratos sociais e as redes de relações que estabeleceram entre si.

Metodologia

Essa pesquisa é fruto do projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMA), intitulado “Sociedade e Hierarquias na Alcântara oitocentista”. Concentrou as suas atenções na vila oitocentista de Alcântara, um dos centros de onde os colonos portugueses iniciaram a conquista do interior do território. O objetivo é estudar as trajetórias de mobilidade social, hierarquias e religiosidade por meio dos registros paroquiais (batismos, casamentos, óbitos), produzidos pela Igreja católica, cruzando-os com outras documentações quando disponíveis.

Segundo João Fragoso (2014, p. 22), “um *corpus* documental ainda pouco explorado são os registros paroquiais”, sendo uma das “únicas coleções seriadas e massiva que possuímos”. Nessa documentação é possível encontrar “informações relativas aos fregueses, como nome, filiação, naturalidade, qualidade social (cor, título, etc.), moradia, estado matrimonial, entre outras”, possibilitando ter uma “noção da classificação social (hierarquia social) costumeira vivida na freguesia pelos paroquianos”, permitindo ainda “investigar o grau de endogamia social (casamentos entre nubentes com a mesma qualidade social) e os ritmos da mobilidade social” (p. 23).

Por meio da documentação que pretendemos trabalhar, pelo menos a princípio, seria possível recuperar toda a população dessa região, que estava no início do século XIX integrada ao sistema colonial lusitano e, após a independência, ao Império do Brasil. É importante frisar que esses documentos incluem todos os setores da sociedade: homens, mulheres, diferentes classes sociais e grupos étnicos, nacionais e estrangeiros, filhos naturais, legítimos, ilegítimos, sacrílegos, expostos ou enjeitados, escravos e

forros. Todos os católicos tiveram seus eventos vitais registrados nessa documentação, que permite tanto um trabalho quantitativo como qualitativo. Elas são fontes nominativas (por trazer os nomes das pessoas), o que permite o cruzamento dos dados levantados entre si e com aqueles derivados de outras fontes nominativas (PINSKY, 2013, p. 142-143).

Segundo Marcílio, os registros paroquiais formam “o corpo de dados mais importante existente para fundamentar os estudos da dinâmica e também dos estados das populações modernas de tradição cristã” (MARCÍLIO, 1983, p. 83). Estes registros possuíam caráter religioso e civil para os indivíduos do século XVIII e grande parte do XIX no Brasil. Vale ressaltar que a documentação utilizada é uma fonte que abarca diferentes grupos sociais, não se restringindo aos “brancos” bem nascidos e membros das elites, mas também abrangendo os chamados livres pobres (índios convertidos ou aculturados, pardos, pretos forros), mulheres, imigrantes de origens diversas, inclusive forros de origem africana (minas, angolas, etc) e escravos. Tais informações viabilizam estudos sobre identidades, trajetórias de mobilidade social e padrões hierárquicos em diferentes sociedades escravistas, como era o caso da Baixada e das Reentrâncias Maranhenses no período proposto.

As fontes básicas para a pesquisa proposta são os registros vitais (batismos, casamentos, óbitos), que estão disponíveis no Arquivo da Diocese de Pinheiro, mais um único livro de batismo de Alcântara presente no *FamilySearch.org*, cujo original não se encontra mais no arquivo da cúria pinheirense.

Por meio de elaboração de bancos de dados nominativos, será possível associar os documentos que serão analisados (registros vitais) com outros tipos de documentos pertinentes às temáticas propostas, a exemplo dos testamentos, dos livros de nota (alforrias cartoriais), cartas patentes, habilitações de ordens militares, alvarás de mercês, livro de entradas de irmãos em irmandades e ordens religiosas, processos de habilitação sacerdotal, jornais, entre outros. Tendo em vista a amplitude temática e o leque de abordagens factíveis possíveis por meio dessa documentação, neste projeto em particular, aplicar-se-ão técnicas e metodologias ligados a História Social e a análise de

trajetórias de vida, tal como proposto pela Micro História. Será utilizada também a técnica quantitativa, para análise de aspectos de longo prazo (CHAUNU, 1978).

Como referido precedentemente o método nominativo irá guiar a elaboração do banco de dados e o cruzamento das fontes. Esse tipo de metodologia permitirá “povoar” uma dada região com pequena população, como é o caso de Alcântara no século XIX. Seguindo a metodologia apresentada por João Fragoso (2014) no texto *Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, século XVII e XVIII)*, a medida que for sendo “povoada” a localidade pesquisada, serão escolhidas algumas famílias ou personagens de diferentes estratos sociais para serem acompanhados no tempo, “para entender a dinâmica de certa área na longa duração” (p. 28).

Feita as fichas individuais dos paroquianos presentes nos registros vitais, serão utilizadas as técnicas seriais (LABORUSSE, 1962; DAUMARD, 1984) e da Micro História italiana (GRENDI, 1978; LEVI, 2000; GINZBURG, 1991). Com a primeira poderemos levantar informações como: idade de casamento, taxas de mortalidade, sistema de casamento, origens dos escravos, natalidade de escravos, frequência dos escravos aos sacramentos, família escrava, estrutura e posse de escravos, hierarquia social das paróquias, entre outras informações. Já o

uso da abordagem relacional da microanálise relacional italiana, calcada nos assentos paroquiais, possibilita recuperar os cenários em que se desenrolava o processo geracional da ação social [...] A aplicação da microanálise aos assentos ajuda o pesquisador a apreender recursos e restrições pelas quais os agentes sociais construam e mudavam suas estratégias nas suas interações com outros sujeitos (FRAGOSO, 2014, p.25).

Esta metodologia nos permitirá conhecer melhor a sociedade alcantareense oitocentista e suas hierarquias sociais, bem como as dinâmicas de uma sociedade escravista colonial e imperial.

Alcântara e suas divisões eclesiásticas

No início do século XIX, Alcântara possuía quatro freguesias, sendo que algumas foram posteriormente desmembradas: São Matias, São João de Cortes, Santo Antonio e Almas dos Campos e São Bento. São Matias era a principal freguesia, onde se desenvolveu o principal núcleo urbano. Nela estavam presentes as principais fazendas produtoras de algodão e o porto que ligava à São Luís.

A segunda freguesia mais importante era São João de Cortes, um dos primeiros núcleos de povoamento do Maranhão e onde se encontra o segundo maior povoamento de Alcântara. No século XIX, sua produção é de subsistência e de mandioca para Villa de Santo Antônio de Alcântara, principalmente para a manutenção dos escravos.

Santo Antônio e Almas dos Campos era uma região de expansão de fronteiras, bem como São Bento, que irão se consolidar no decorrer do século XIX e XX. São Bento se transforma em vila em 1835, pela lei n. 7 de 29 de abril de 1835. Já a freguesia de Santo Antônio e Almas, foi desmembrada definitivamente de Alcântara em 1935, equivale ao atual município de Bequimão. Era um dos limites da Vila, em direção ao interior da baixada maranhense, uma região que antes de se tornar de expansão agrícola era voltada para criação de gado (ALMEIDA, 2006, p. 74).

São João de Cortes no livro de batismo, entre 1867 e 1889

Nos levantamentos feitos, em cerca de 22 anos, foram encontrados 534 registros de batismo, sendo que 286 foram de meninos e 248 de meninas. Entre estas, 176 eram filhas naturais e 72 legítimas. Já entre os meninos 196 eram naturais e 90 legítimos. Esses dados iniciais já nos indicam que São João de Cortes era um povoado pequeno, no qual a maioria de suas famílias não teve uma união familiar reconhecida pela Igreja Católica, como nos indica o alto índice de filhos naturais, onde o nome do pai não foi indicado (FERREIRA, 2018, p. 7, 10).

São João de Cortes foi fundada, segundo Marques (1870, p. 141) em 1757, por jesuítas portugueses que ali se instalaram para catequizar os índios Tupinambás, instituindo uma missão. Tiveram o auxílio do desembargador e provedor da comarca de Cumã, Diogo da Costa e Silva, por ordem do governador Gonçalo Pereira Lobato e

Souza da Companhia de Comércio do Maranhão. A freguesia foi instituída em 23 de julho de 1838, pela lei Provincial nº 73, sendo sua matriz edificada pelo Frei Francisco José Cabral (MARQUES, 1870, p. 141).

Segundo Almeida:

Em São João de Cortes, além de um colégio, os jesuítas mantinham uma unidade de produção de anil. Obtinham uma matéria corante de cor azul violácea fornecida pelo indigueiro, um arbusto tropical. A fábrica tratava-se de uma manufatura onde se produzia uma substância corante extraída das folhas e chamada anil. Ela tinha aplicação nas artes para tingir de azul. O azul índigo era por demais apreciado então na Europa pela sua tonalidade forte, muito semelhante ao azul-violeta, o que facilitava sua exportação.

Os jesuítas treinaram escravos africanos e índios nas técnicas de processamento. As benfeitorias dos jesuítas em São João de Cortes ficaram desde 1760 sob o controle dos índios, abrigando inclusive escravos fugidos, dedicando-se principalmente à produção de alimentos, sobretudo farinha, sob uma economia de base familiar. Os entrevistados narram que os índios teriam doado as terras a São João Batista, que deixou livre o acesso a quem delas necessitasse (ALMEIDA, 2006, p. 77).

Segundo Pereira Lago, em 1762 já havia plantações para produção de anil em São João de Cortes, além de uma manufatura que preparava o produto que seria exportado. A manufatura funcionou até 1778, fechando alguns anos depois da expulsão dos jesuítas da colônia (PEREIRA DO LAGO, 2001, p. 36). Mas por volta de 1820:

Esta povoação de índios é muito antiga, constava de 22 fogos e cousa de 90 a 100 almas; tem capela, mas não sacerdote, e o comandante é um sargento. Plantam só mandioca, porque para mais nada serve o terreno (PEREIRA DO LAGO, 1872, p. 388).

Pelos dados apresentados acima, tudo indica que o povoado de São João de Cortes continuou com um baixo número de habitantes, mesmo sendo o segundo maior dentro do território de Alcântara. Segundo *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial*, de 1861, constava na freguesia de São João de Cortes 2.800 habitantes, sendo que 800 eram arrolados como escravos (ALMEIDA, 2006, p. 76).

Quando analisamos os “títulos” (alferes, capitão, dona) dos padrinhos e madrinhas de batismo, dos 534 batismos, apenas 64 indivíduos, entre comadres (29 casos) e compadres (35 casos), possuíam alguma titulação que indicava algum status social, num universo de 1068 padrinhos/madrinhas possíveis. Se analisarmos esses

dados no decorrer do período, notamos que o número vai diminuindo drasticamente entre 1868 e 1889. Esses dados indicam que a localidade era habitada por pessoas de baixa condição social e que continuou perdendo importância no decorrer da segunda metade do século XIX (FERREIRA, 2018, p. 8).

Segundo Alfredo Wagner Almeida, quando as terras eram controladas pelos jesuítas, nela se estabeleceram muitos indígenas e alguns africanos, que permaneceram ocupando o território após a partida dos padres. Os habitantes da região que ele entrevistou nos anos de 1990, “narram que os índios teriam doado as terras a São João Batista, que deixou livre o acesso a quem delas necessitasse” (ALMEIDA, 2006, p. 77, 123).

As terras da região noroeste de Alcântara, que tem São João de Cortes como povoado principal, começaram a ser chamadas “terras de índio” ou “terra de santo” ou “terra santista”, quando se referiam a uma posse simbólica (para os moradores era efetiva) da terra por parte de São João Batista (ALMEIDA, 2006, p. 81).

Para essas terras foram indo alforriados e quilombolas, formando-se comunidades negras, que se denominaram de “terras de negros” e “terras de caboclo”²:

Em Alcântara, as fazendas em abandono, administradas por prepostos, evidenciavam uma certa deserção dos fazendeiros. Até 1837, não foram encontrados documentos indicando a mobilização de tropas de linha para combater os quilombos em expansão, nem a crescente autonomia produtiva dos escravos sob a direção dos prepostos. Isso provavelmente explica por que em Alcântara, e particularmente nas duas freguesias de São Matias e São João de Cortes, não

² “Para efeito de apresentação e síntese do significado dessas categorias, pode-se adiantar, grosso modo, que: no contexto da descendência e dos atributos pelos quais se auto-representam e são vistos, os entrevistados mencionam as denominadas terras de preto e terras de caboclo; no contrato com as divindades, referem-se às terras de santo, terras de santa, terras de santíssimo, terras de santíssima, terras santistas e designações aproximadas como irmandade; no contexto de regras de sucessão e transmissão de patrimônio, falam de terras de herdeiros e terras de parentes (p. 37). Consoante os termos documentais de registros do período colonial, falam de datas e sesmarias. De acordo com termo de doação específico, firmado em cartório, referem-se a terras da pobreza. Nos registros paroquiais, encontramos menção a terras de irmandades religiosas e das próprias divindades. No contexto de transferência de imóveis rurais adquiridos e registrados em cartório, mesmo que sem formais de partilha efetivados, falam também de terras de herdeiros. Sobre as terras devolutas municipais, mencionam as chamadas terras da Câmara. Perpassando todos os diferentes planos formais e informais, da identidade coletiva e dos contratos diádicos, falam de terra de índios, quando tratam da referência original ao domínio das áreas, e de terra comum, no que tange à relação antrópica e às regras de uso dos recursos naturais. Estas duas últimas designações perpassam todas as outras situações mencionadas. Quanto aos denominados brancos, as narrativas memorialísticas jamais falam em terras ou recursos naturais, senão com referência a um passado remoto, cingindo-se a mencionar tão-somente as ruínas do que teriam sido suas moradias, classificadas como taperas de branco” (ALMEIDA, 2006, p. 37-38).

foram registradas “fugas em massa” de escravos, tal como ocorrido em outros pontos da região como Guimarães, ou grandes rebeliões, como em Viana (ALMEIDA, 2006, p.124)

Mas o que mais nos chamou a atenção, sendo tema dessa comunicação, foram os dados referentes a quantidade de santas católicas escolhidas como madrinhas dos recém-nascidos dessas localidades.

Santas madrinhas³	Quantidade
Nossa Senhora da Conceição	51
Nossa Senhora	34
Santa Ana	13
Nossa Senhora das Dores	6
Nossa Senhora do Rosário	6
Nossa Senhora do Bom Parto	4
Nossa Senhora da Guia	2
Nossa Senhora do Carmo	2
Nossa Senhora da Luz	1
Nossa Senhora do Livramento	1
TOTAL	120

Das 534 madrinhas possíveis, 120 eram santas, o que representava mais de 1/5 das madrinhas, indicando a força desse costume nessa localidade. Perante esses dados pensamos nas características devocionais de cada uma delas e em práticas do que se convencionou chamar de catolicismo popular. Esses dados podem indicar a força da devoção mariana na religiosidade dessa localidade.

A grande quantidade de crianças que receberam como madrinha uma santa pode, também, ser indício da forte permanência de sistema de trocas com o divino, representado pelo pagamento de promessas feitas para engravidar, para enfrentar dificuldades durante a gravidez, para não ter complicações na hora do parto (FERREIRA, 2018, p. 11-18).

Mas o que queremos chamar a atenção aqui é que esses dados apresentam uma sociedade onde parece que o desencantamento do mundo, segundo as teorias de Max Weber, ainda não ocorreu. Como demonstra os estudos de Alfredo Wagner Almeida

³ Dados retirados de FERREIRA, 2018, p. 15

(2006), nessa região as terras poderiam “pertencer” a um santo ou santa. Estes poderiam estar “vivos” e caminhar pelos seus territórios, fugir das igrejas ou irem embora definitivamente, como fez São João Batista, deixando somente uma “imagem imóvel” no templo católico do povoado:

Santa Teresa, por sua vez, é representada como uma santa viva, que inclusive teria uma irmã igualmente santa, que caminha à vista de muitos, percorrendo seus domínios, assim como São João Batista e Nossa Senhora do Livramento em suas respectivas terras. Uma vez encontrados nos campos, rios e matos, são sempre recolhidos pelos fiéis e levados às suas respectivas capelas em forma de imagem. As portas dos templos são cerradas para evitar que saiam outra vez. Ocorre, entretanto, que invariavelmente escapam, sem que se saiba como e para onde. Quando as capelas são abertas, eles já se foram. “Nada consegue detê-los”, de acordo com as assertivas dos entrevistados. [...] De modo similar, São João Batista era visto com uma vara de pesca na beira de lagos e igarapés a noroeste do município mas, consoante os entrevistados, ele teria sido levado para outras terras e substituído na igreja de São João de Cortes por uma simples imagem que, como tal, se mantém imóvel [...] com respeito à imagem original de S. J. Batista, que teria sido levada da capela de São João de Cortes, depois que os jesuítas foram expulsos e seu patrimônio confiscado (ALMEIDA, 2006, p. 39; 191).

Da mesma maneira que as comunidades de índios, negros, quilombolas e mulatos, aos poucos foram estabelecendo uma prática de trocas dos seus produtos e serviços entre elas, seus moradores procuravam estabelecer também um sistema de trocas com as entidades sobrenaturais. O mundo mágico impregnava a vida cotidiana, podendo o andarilho esbarrar em um “encantado”⁴ que morava em uma mata ou em um lago. Nessa sociedade, uma madrinha santa em comum, poderia significar que “todos se tornavam “parentes” ou se ligavam por afinidade, reforçando a ideia dos povoados enquanto “entidades afetivas””⁵ (ALMEIDA, 2006, p. 93).

⁴ No Maranhão o termo encantado é encontrado nos terreiros de Mina, tanto nos fundados por africanos, quanto nos mais novos e sincréticos, e nos salões de curadores e pajés. Refere-se a uma categoria de seres espirituais recebidos em transe mediúnico, que não podem ser observados diretamente ou que se acredita poderem ser vistos, ouvidos ou sentidos em sonho, ou por pessoas dotadas de vidência, mediunidade ou de percepção extrasensorial, como alguns preferem denominar. Os encantados, apesar de totalmente invisíveis para a maioria das pessoas, tornam-se “visíveis” quando os médiuns em quem incorporam manifestam alterações de consciência e assumem outra identidade. Apresentam-se à comunidade religiosa como alguém que teve vida terrena há muitos anos e que desapareceu misteriosamente ou tornou-se invisível, que encantou-se. Embora que geralmente se afirme que tiveram matéria, os encantados não são conhecidos como espíritos de mortos. Pertencem a uma outra categoria de seres espirituais (FERRETTI, 2000, p. 24).

⁵ Se refere à noção de PRADO, 1974, p. 64.

Conclusão

Em pleno final do século XIX, enquanto a reforma ultramontana e a secularização da sociedade estavam mudando a maneira de se vivenciar o catolicismo e a religiosidade, uma comunidade na vila de Alcântara resistia aos tempos, mantendo o seu mundo imerso na “magia”. As entidades sobrenaturais, estavam presentes no seu cotidiano, o que poderia ter resultado numa alta incidência de santas católicas sendo escolhidas como madrinhas para os filhos de seus moradores. Outros motivos podem ter incidido sobre essas escolhas, como demonstram outros estudos em outras regiões do país, mas nessa breve comunicação nos interessava chamar atenção para as características de um mundo ainda não desencantado que insistia em sobreviver no Brasil da segunda metade do século XIX e que perdura até os dias atuais.

Referências:

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico*. Brasília: MMA, 2006.
- BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. *Território étnico, conflitos territoriais em Alcântara, Maranhão*. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, Dissertação, 2011.
- CHAUNU, P. *Histoire quantitative, histoire sérielle*. Paris: A. Collin, 1978.
- DAUMARD, A.; BALHANA, A.P.; WESTPHALEN, C.M. e GRAF, M.E.de C.. *História Social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Ed. UFPR, 1984.
- FERREIRA, Lisiane Almeida. “Santas e protetoras”: uma análise dos assentos paroquiais de batismo em São João de Cortes no período oitocentista (1867 a 1889). TCC. Pinheiro: UFMA, 2018.
- FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. *Maranhão Encantado: encantaria maranhense e outras histórias*. São Luís: UEMA, 2000.
- FRAGOSO, J. Apontamento para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, século XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João et all.

Arquivos Paroquias e História Social na América Lusa, métodos e técnicas na reinvenção de um corpus documental (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

GINZBURG, C. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GRENDI, E. La micro-analisi: fra antropologia e storia. In: POLANY. *Dall'antropologia econômica ala microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978.

LABORUSSE, E. *Fluctuaciones económicas y História Social*. Madrid: Editorial Tecnos, 1962.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Carlos. *Vida, Paixão e Morte da Cidade de Alcântara – MA*. São Luís: Plano Editorial SECMA, 1998.

MARCÍLIO, M. L. “Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil”. In: *Anais de História*. Assis, n. 2, 1983.

MARQUES, Augusto Cesar. *Diccionario Historico e Geophafico da Provincia do Maranhão*. Maranhão, 1870.

PEREIRA do LAGO, A.B. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Ed. Siciliano, 2001. [1 ed. 1822]

_____. Itinerário da Província do Maranhão. Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 35. Parte I, p. 385-422, 1872.

PRADO, R. de P.S. Rede de Solidariedade: um estudo sobre o parentesco e compadrio no interior maranhense. In: *Aspectos antropológicos – Pesquisa polidisciplinar Prelazia de Pinheiro*. São Luís: IPEI, CENPLA, v. 3, p. 63-86, 1974.

PINSCKY, Carla Bassanezi et all. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSCKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu Passado Econômico, Social e Político*. 3ª. Ed. São Luís: AML/ALUMAR, 1999.